

Por Thaís Restom

A maioria da população brasileira ainda não se preocupa (ou não tem condições) em fazer uma reserva financeira para o futuro. Segundo levantamento divulgado em setembro pela Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (FenaPrevi), 68% das famílias brasileiras não têm como prioridade poupar uma parte dos rendimentos para possíveis eventualidades.

Daqueles que têm o hábito de guardar dinheiro, 52% reservam até 10% do orçamento familiar por mês. A caderneta de poupança é a modalidade preferida por 85% dos entrevistados. Os fundos de investimento ocupam a segunda posição, com 5%, e os planos de previdência ficam em terceiro, com 3% de alcance.

O estudo foi realizado com 1,5 mil pessoas (53% do sexo feminino e 47% do masculino), das cinco regiões do país, com idade entre 20 e 60 anos (ou mais), das classes A/B, C e D/E.

De outra parte, 21% declararam ter interesse em, algum dia, adquirir um plano de previdência complementar, embora essa forma de poupança ainda seja pouco conhecida. Outros 16% pensam em iniciar no próximos cinco anos os investimentos para o futuro, enquanto 5% imagina começar a investir em prazo de um ano.

De acordo com o presidente da FenaPrevi, Osvaldo Nascimento, a previdência privada tem um enorme espaço para crescimento no país. “Já são mais de dez milhões de contratos e cerca de R\$ 400 bilhões em ativos, mas a penetração do produto ainda é pequena entre as famílias brasileiras”, acredita o executivo.

A previdência privada é uma aposentadoria com opção de investimento de longo prazo e não está ligada ao regime público, do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Ela é complementar à previdência pública e fiscalizada pelo Governo Federal, por meio da Superintendência de Seguros Privados (Susep).

O educador e terapeuta financeiro Reinaldo Domingos, presidente da Associação Brasileira de Educadores Financeiros (Abefin) explica que quanto mais tempo a pessoa contribuir para um plano privado de previdência, maior será o valor acumulado e resgatado na hora de deixar o mercado de trabalho. “É uma forma de poupança para longo prazo, que tem como principal objetivo evitar que o cidadão sofra uma redução drástica da renda na aposentadoria”, diz.

Domingos ressalta a importância do investimento em previdência privada como alternativa aos benefícios do INSS. “Já sabemos que não é possível sobreviver apenas com o valor da previdência pública e, por isso, a maioria dos aposentados precisam continuar trabalhando ou dependem da ajuda financeira de familiares e amigos”, pontua o educador financeiro.

O economista Luiz Fernando Roxo, sócio da consultoria ZenEconomics, concorda com Domingos quanto à necessidade de começar o quanto antes o investimento em previdência privada. “O aumento do valor investido graças aos rendimentos ao longo dos anos gera uma força multiplicadora, como uma bola de neve. E quanto mais cedo a pessoa começar, menores serão os depósitos mensais necessários para garantir a mesma renda no momento da aposentadoria”, afirma.

## **Planos**

Na previdência privada, é possível escolher a periodicidade e o valor da contribuição. No momento de escolher o plano - Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) ou Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL) - é importante ficar atento para os tipos de tributação e também para as taxas de

carregamento (sobre cada contribuição), de gestão (anual) e de saída (momento do resgate).

O PGBL é mais indicado para quem faz a declaração de Imposto de Renda pelo formulário completo. Isso porque, segundo os especialistas, permite dedução das contribuições de até 12% da sua renda bruta anual tributável, diminuindo o valor do imposto a pagar ou aumentando a restituição. Já o VGBL é recomendado para aqueles que fazem a declaração de IR pelo formulário simplificado, ou deseja investir mais do que 12% de sua renda bruta anual tributável.

Outro ponto importante na escolha do plano é o regime de tributação que incidirá sobre o investimento. São duas as opções: progressiva ou regressiva. A tabela progressiva é a mesma que determina a alíquota do Imposto de Renda sobre o seu salário. Na prática, o que determina a alíquota sobre o plano de previdência é o valor a ser resgatado ou transformado em renda. Já na tabela regressiva a tributação diminui com o tempo. Ou seja, quanto maior o período de investimento, menor será a tributação

No PGBL, os valores investidos estão isentos de tributação sobre os rendimentos, desde que esse montante represente até 12% da renda bruta anual. Já no VGBL, o Imposto de Renda é cobrado referente ao dinheiro investido que rendeu.

“Antes de contratar um plano de previdência privada, a pessoa deve fazer um planejamento de quanto pode investir por mês ou de quanto quer acumular no final do prazo estimado. Quer dizer, quanto ela pretende ter de reserva na idade de saída do plano”, explica Evelyn Silveira, gerente Comercial da Porto Seguro Previdência.

Segundo o presidente da Bradesco Vida e Previdência e vice-presidente da FenaPrevi, Lúcio Flávio de Oliveira, os planos mais procurados pelos clientes da seguradora são os de VGBL. “Atualmente, esse tipo de plano representa cerca de 60% da nossa carteira. Respondemos por 30% do total de recursos aplicados no mercado de previdência e VGBL, informa.

## **Escolha**

É possível consultar todas as entidades credenciadas para comercializar planos de previdência privada no site da Susep ([www.susep.gov.br](http://www.susep.gov.br)). Na mesma página é possível fazer uma simulação de quanto será o valor recebido de acordo com a seguradora e o plano de previdência escolhidos.

De acordo com a psicóloga e orientadora de finanças pessoais Patrícia de Rezende Chedid Simão, no momento de escolher um investimento em previdência privada é importante que a pessoa leve em conta o seu perfil emocional. “Esses produtos requerem paciência e disciplina, ou seja, uma pessoa mais impulsiva provavelmente abrirá mão de investir no plano privado de previdência para realizar um desejo de consumo momentâneo”, acredita. (Colaborou Denis Dana).

**Fonte:** [Previdência Total](#), em 27.10.2014.